

# MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS

*Pedro Carlos Garutti*

**Promotor de Justiça aposentado**

**Início e saída do MPSP: 31/03/1970 a 06/11/1997**

## ***Promotor de Justiça***

Pensando bem, não fui eu que escolhi ser promotor público. Foi o Ministério Público que me escolheu. De fato. Bacharelei-me pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1968 e coleí grau em 1969 (com o prof. Alfredo Buzaid). Era escrevente do Fórum Cível da Comarca da Capital durante seis anos e esperava ansiosamente por um concurso público. Residi durante todo o curso na Casa do Estudante, famoso “Ninho das Águias”, (av. São João, 2044), dividindo quarto com colegas ilustres (Rui Falcão, Sidnei Agostinho Benetti, Irineu Teixeira de Alcântara, e tantos outros). O primeiro concurso que surgiu foi o de Promotor aberto exatamente em 1969. Como sempre fui estudioso e bom aluno (CDF), inscrevi-me, passei e tomei posse. Gostei da função e nunca mais pensei em outro concurso. Recusaria o “quinto” por convicção pessoal.

## ***Concurso***

O concurso foi bastante difícil e aterrorizante. Principalmente o oral que exigia muito do candidato: sangue frio e controle emocional. Sozinho, sentado numa mesa imensa, numa sala imensa, microfone, silêncio ensurdecedor, os deuses postados lá em cima nos examinando sorrateiramente, como não se sentir desconfortável! Depois soube que todo o aparato fazia parte da avaliação do candidato para afastar os menos corajosos e descontrolados. Será? A banca tentava nos desorientar a todo momento com perguntas capciosas, sorrisos irônicos, etc. Todavia, como estava preparado, bastou dominar a ansiedade

para realizar uma boa prova. Aliás, a minha turma da Faculdade era muito boa pois vários colegas foram aprovados nessa ocasião: Renê Ricúpero, Paulão (Paulo Álvaro Chaves Martins Fontes), Tucunduva (José Roberto Dealis Tucunduva), Borba (Octávio Borba de Vasconcelos Filho), entre outros, além de vários que optaram pela Magistratura e demais carreiras jurídicas. Foram quarenta os aprovados eu em quarto lugar com a mesma nota do terceiro, - o Carmo, também cacondense, que era casado e com filho, critério de desempate, que infelizmente faleceu pouco depois num acidente automobilístico na Dutra-. Dario de Abreu Pereira era o Procurador-Geral, parente do governador Sodré. Corregedor-Geral Amaro Alves de Almeida Filho com quem não tive qualquer contato.

### ***Como foram as passagens na carreira***

Na época havia uma grande distância entre a Primeira e a Segunda Instâncias. Os Procuradores eram inatingíveis.

Dificilmente eram encontrados ou abordados no oitavo andar do Fórum Cível da Praça João Mendes. Eram trinta e oito os intocáveis. De forma que nós substitutos somente tínhamos contato com o pessoal da APMP e aqui relembro com saudades de Ronaldo Porto Macedo e Djalma Negreiros Penteado apaixonados pela Associação. De cara Ronaldo nos levou (a mim, ao Borba, ao Irineu (Irineu Teixeira de Alcântara) e mais alguns outros) para almoçar no restaurante que havia no prédio, e ali nos fez a cabeça, falando politicamente de tudo que se relacionava com a APMP.

Quanta gentileza. Que gostosura sermos assim recepcionados por um órgão de classe.

### ***Comarcas***

Não havia qualquer curso de adaptação ou maiores informações.

Tomou posse já é Promotor Público (denominação da época) e deve saber tudo o que diz respeito às funções ministeriais. Será? Minha sede era Santo André (para constar) porque fui designado imediatamente para auxiliar São Bernardo. Cheguei, me apresentei e o promotor que me recebeu (dr. Francisco) disse: “não preciso de

“você aqui; leve estes inquéritos policiais e quando estiverem prontos retorne”. Fê-lo sem qualquer maldade. Passei a noite toda revirando aquela papelada e não sabia absolutamente o que fazer ou por onde começar. Como bom virginiano, perfeccionista, redigia e rasgava os pareceres. No dia seguinte apanhei a pilha (com mais de dez inquéritos) e fui até o Ministério Público (8º andar do Fórum João Mendes Jr.), com a intenção de pedir demissão do cargo. Por sorte dei de cara com Darly Viganó que também acabara de tomar posse e ali se encontrava para tratar de algum assunto pessoal. Darly, bem mais velho e com muito mais experiência pois havia advogado, entendeu bem a situação e o desespero. Pessoa muito tranquila e de boa índole (onde andar), ouviu-me pacientemente e disse: “vamos dar uma olhada nesses inquéritos”. Entramos numa sala e em pouco mais de meia hora examinamos um e depois outro, este tem que voltar à polícia, aquele é para arquivamento, este outro é só um pedido de prazo eu só sei que sobraram só uns dois ou três para denúncias. “Você é capaz de fazer uma denúncia”? “É claro que sou”. “Então vá para tua casa e rasgue o pedido de demissão”. Que amigo...

### ***Promotor substituto***

Se viajava muito como substituto: além de São Bernardo (de triste memória); Sorocaba; Registro, - recebi um elogio da Procuradoria por entender que um habeas-corpus impetrado se tratava na verdade de mandado de segurança, ou vice-versa, - ; Presidente Venceslau. A Procuradoria-Geral requisitava passagens de trem para comarcas distantes o que era costumeiro na época. Ocorre que em se tratando de uma Comarca longínqua era preciso levar inúmeras “RTs”. ; “Justitia” e os códigos para consulta de jurisprudência e doutrina. Na Comarca não se encontrava nada e não havia internet. Ora, na mala não cabia todo esse material. A solução foi usar o meu Fusca que, embora pequeno, corajosamente trafegava abarrotado de livros pois não se podia prever quais os que seriam utilizados. Durante muito tempo o carro virou uma “biblioteca jurídica ambulante” e como me serviu e a colegas, juízes, advogados, etc. Finalmente, São Paulo: cível, registros públicos (que gostosura), criminal. Aqui topei com o durão

Ribas (Júlio Cesar Ribas) que me entregou um processo: “é para apelar para evitar a prescrição retroativa”. Isto havia naqueles tempos. O único objetivo da apelação era evitar a aplicação da Súmula 146 do STF. O juiz havia julgado procedente a denúncia e condenado o réu mesmo assim tínhamos que apelar. A peça tornava-se difícil por falta de fundamentação viável. Não me recordo o que aleguei mas me lembro perfeitamente que o Ribas leu com atenção e comentou muito sério: “pelo menos você sabe escrever”. Passei o Tri (1970) com um olho na televisão e outro nos processos. Valeu. Logo depois casei-me com a mulher que me acompanha até hoje, Janette, (quarenta e três anos de felicidades comemorados a bordo do Costa Fascinosa, pode?), e tive a surpresa e o imenso prazer de ser cumprimentado pelo Djalma Negreiros Penteado que compareceu à Igreja representando a APMP. Inacreditável. Meses depois me fez uma [segunda](#) e agradável surpresa visitando-me na Promotoria em Iguape. Aliás, o Carlinhos (Carlos Siqueira Neto), também me visitou em Votuporanga para saber como estavam as coisas e se precisava de algo da Associação. A APMP nunca descurou de seus associados mesmo no tempo em que era difícil contatá-los.

### ***Entrâncias: passagens***

Iguape. Na época nos aconselhavam (leia-se “nos ordenavam”) que candidatássemos para todas as vagas abertas e o Conselho depois resolvia. Quando soube havia ido para Iguape por antiguidade (com seis meses de MP). Vida nova, recém casado, aluguei uma casa em frente ao Fórum e ali me estabeleci. Há muitos anos na Comarca não residiam nem o promotor nem o juiz de modo que aquilo foi um motivo de orgulho para os cidadãos e dor de cabeça para mim. O promotor fazia atendimento de público e, passando a ser promotor em tempo integral, atendia o público todos os dias da semana (e não esporadicamente como acontecia). Ora, a notícia correu e com o tempo a fila ficou enorme. Com que satisfação eu resolvia casos conjugais, dores de consciência, questões de fé, brigas de vizinhos, acertos de contas, ajustes salariais, questões

trabalhistas, enfim tudo que se relacionasse com a convivência humana. Muita conversa e muito acordo. Quando necessário uma elevação da voz ou uma ameaça implícita e o acerto era consumado. Todos saíam felizes. Penso que este talvez seja o melhor trabalho que a Promotoria pode dar aos munícipes.

Lembro-me de um [sábado](#) de carnaval, cerca de 23,00 horas, quando fui procurado por diretores de um clube da cidade porque o dr. Delegado recém chegado proibira a realização do baile programado. Todo mundo esperando na porta o clube, uma viatura parada ao lado, a Autoridade inflexível: “não tendo alvará não pode funcionar”. Eu só não entendia porque o dr. Delegado havia esperado exatamente a hora do baile para interditar o clube? Por que não agira nos dias antecedentes? Conversa vai, conversa vem, um calor insuportável, alguém de rara inteligência abriu umas cervejas (muito ao gosto do dr. Delegado), e conseguimos resolver satisfatoriamente o impasse: o clube faria os bailes programados mas apresentaria impreterivelmente o alvará na [quarta](#)-feira de cinzas... (alvará “a posteriori”). O maior admirador que fiz na cidade foi o Coletor Federal. O promotor público fazia a cobrança da dívida ativa da União. Centenas de ações paradas há muitos e muitos anos pelos mais variados motivos e também porque ninguém mexia ou tinha interesse nesses processos. Arquivei quase tudo, exceto alguns poucos casos em que encontramos os devedores e fizemos acordos para pagamentos. Limpamos a Coletoria. O Coletor só faltou me beijar quando deixei a Comarca e, segundo ele, tratava-se do melhor promotor que havia em todo o Estado... Iguape quanta felicidade, entre elas a de conhecer e atuar com um excepcional Juiz: José Gaspar Gonzaga Franceschini.

Votuporanga. Grande cidade e muito trabalhosa. O que era divertimento e prazer em Iguape passou a ser um tormento em [Segunda](#) Entrância. Atendimento ao público de manhã, todos os dias, - diga-se de passagem que sempre considerei esta atividade umas das principais funções do Promotor de Justiça nas comarcas interioranas, daí acolher com presteza e carinho a todos que procuravam o Fórum com algum problema; o respeito que o povo tem para com os promotores no interior resulta em grande

parte desse serviço -; audiências à tarde e despachos, denúncias e arrazoados à noite (no Fórum ou em casa quando as crianças deixavam). Na comarca só um Promotor e um Juiz (o amigo Urbano Ruiz). Hoje são cinco varas cumulativas além da Justiça do Trabalho. O Urbano ficava com as audiências cíveis e eu com as criminais porque senão a Comarca parava. Apesar de não gostar tive que me curvar à necessidade. Os próprios advogados aprovaram esta medida já que, caso contrário, as suas ações ficariam paralisadas. Só fiz uma exigência: o juiz faria os interrogatórios. Ganhei um excelente companheiro naqueles dias, José Renato Nalini, promotor de justiça substituto.

Ajudando o juiz a gente também saia ganhando. Na época tudo era do Tribunal. Os novos integrantes da carreira desconhecem o que é depender da boa vontade do juiz para tudo: sala, máquina de escrever; xérox, telefone, funcionários organizadores de filas, intimidadores, papel, etc., tudo do Tribunal. Com o tempo fui me ajeitando: a maior sala do prédio, com ar condicionado, telefone privativo, funcionário à disposição – para organização do atendimento do público, intimações, averiguações e perícias -, xerocópias à vontade, etc. O meu sucessor, João Bosco Romeiro Fernandes, teve a infelicidade de trabalhar com um péssimo juiz, aliás depois aposentado compulsoriamente, que alegando necessidades do serviço, o transferiu para uma saleta escondida nos altos do prédio, sem telefone, ar, etc., cortando-lhe todas as “regalias”. O João chorava de raiva quando posteriormente me contava tais acontecimentos.

Santos, minha terceira, sempre teve gosto de férias. E, de fato, assim eu me sentia após a trabalhadeira de Votuporanga. O expediente vinha “dentro” do livro de carga. Pode? Vara especializada, sem atendimento de público. Me senti no paraíso. Com a chegada do computador então nem se fala. Aproveitei para viver um pouco mais com a família e com os colegas. Fui diretor da regional da Baixada Santista na gestão Hugo Nigro Mazzilli na presidência da APMP (aliás outro conterrâneo cacondense). Sucedi ao Burle (José Emanuel Burle Filho) na coordenação do Grupo de

Estudos da Baixada Santista “Ibrahim Nobre” promovendo proveitosas reuniões no Ilha Porchat Clube, já por si um prêmio para os olhos, lembrando uma palestra memorável do então colega Celso de Mello (antes do STF, é claro). E, com tempo disponível, aproveitei para aperfeiçoar os conhecimentos jurídicos passando a lecionar Processo Penal na Faculdade Católica de Direito de Santos, onde fiz pós-graduação com os profs. Antônio Scarance Fernandes e Luiz Fernando Vaggione. Na época redigi artigos de direito para revistas especializadas (inclusive “Justitia”) e coordenei cursos jurídicos na Faculdade. Consegui trazer alguns excelentes professores para ministrarem palestras na Faculdade: Mirabete (Júlio Fabbrini Mirabete), Fernando Capez, Cássio Juvenal Faria, e outros. Experiência muito gratificante pois o convívio com a juventude rejuvenesce. Tenho grandes amigos entre os ex-alunos, hoje colegas. Fui paraninfo de uma das turmas, sendo escolhido como nome de Turma, o que muito me honrou. São acontecimentos inesquecíveis.

Aposentadoria. Com três filhos formados em Direito fui quase obrigado a me aposentar em 1997 e abrir um escritório de advocacia em Santos. Exercemos a atividade durante um certo tempo (aproximadamente dez anos), mas um filho (Carlos Frederico) deixou o escritório para exercer outro tipo de trabalho; uma filha (Alessandra) passou em concurso público e a outra (Adriana) resolveu cuidar dos meus netos. Sozinho, parei com a advocacia, bela profissão sem dúvida alguma, mas frustrante para um ex-promotor de justiça. Depois de vinte e sete anos no exercício da função pública dificilmente o profissional se adapta plenamente às exigências da advocacia na defesa dos direitos de seus clientes. Destarte, não tive, ao me afastar da advocacia, as tristezas, aflições e melancolias que me afetaram quando deixei o Ministério Público. Até hoje sinto um pouco a falta do MP e dos colegas. Reiteradamente passo no Fórum para um bate-papo, onde ainda dou os meus pareceres – orais é claro – sobre os mais variados assuntos institucionais ou mundanos (pouco acatados é verdade) e não abro mão de participar e acompanhar as atividades da APMP. Uma vez promotor sempre promotor...

E agora? Enquanto estiver vivo há que se fazer alguma coisa. Há alguns anos adquiri a cidadania italiana e me senti na obrigação de aprender a nova língua. Então, a partir de 2008, comecei a estudar italiano, fazendo alguns cursos, inclusive aquele fornecido pela APMP, -prof. Nicola-, ótimo, ainda em andamento. Posso afirmar que hoje “leggo bene, parlo più o meno e scrivo male”. De modo que uma nova literatura e um novo mundo se descortinaram no meu horizonte o que me deu novo alento e me abriu novas perspectivas.

Mergulhei de corpo e alma na maravilhosa literatura italiana, desfrutando ao máximo de seus clássicos, nunca descurando, é claro, do meu eterno e complacente companheiro, que me acompanha desde a mocidade, -o violão-, com o qual acompanhava os colegas já nos bancos acadêmicos como é testemunha o barítono Paulão (Paulo Álvaro Chaves Martins Fontes).

De sorte que vou levando a vida de aposentado lendo Manzoni, Umberto Eco, Calvino, Boccaccio, Lampeusa, Bassani, Pirandello, etc. no original; tocando as minhas canções prediletas ao violão; bebendo o meu doze anos, que ninguém é de ferro, e curtindo as boas lembranças que o exercício da Promotoria Pública (hoje de Justiça), me deixaram e agradecendo a Deus pelo dom da vida e pelo brinde maravilhoso que são os meus sete netos: Eder, Henrique, Giovana e Arthur, e mui especialmente as trigêmeas: Sofia, Clara e Alice.